

## O CONCEITO DE ANACRONISMO DE PETRARCA A POUSSIN<sup>1</sup>

### *THE CONCEPT OF ANACHRONISM FROM PETRARCA TO POUSSIN*

---

Peter Burke

*Universidade de Cambridge*

#### **Resumo**

O texto analisa as imagens relacionadas ao conceito de passado existente no período da Renascença. As concepções de passado forjadas durante o período são tratadas considerando-se a questão do anacronismo e a tensão que se esboça entre dois modos de pensar: de um lado a consciência de distância entre o passado e o presente, e por outro a confiança de que era possível diminuir essa distância.

**Palavras-chave:** passado, Renascença, anacronismo.

#### **Abstract**

This article focuses on the images related to the concept of past existing in Renascence. It considers the conceptions of past created in that historical period in relation with the question of anachronism. Therefore, the article points out a tension between two ways of thinking: on one hand, the conscience of a distance between the past and the present; and on the other hand, the belief in the possibility of diminishing that distance.

**Keywords:** Past, Renascence, anachronism.

Embora o presente artigo não tenha a pretensão de examinar todas as imagens relacionadas ao conceito de *passado* que tenham surgido na Europa desde Petrarca até Poussin, ele deliberadamente examina uma visão limitada do conceito de passado e, especialmente,

---

<sup>1</sup> Este artigo é a terceira versão da minha opinião a respeito do problema. As análises anteriores deste fenômeno podem ser encontradas em Burke (1968) e Burke (1994). Uma versão próxima deste trabalho foi publicada em português como capítulo de livro (Burke, 2010). Tradução de Nicole Pontes.

a sua relação com o presente. Tal visão tem assumido diversas formas, tais como: “perspectiva histórica”, ‘sensação de antiquário’, ‘espírito arqueologizante’, ‘historicismo’ (*Historismus*), ou ‘percepção histórica’ (*Geschichtsbewusstsein*); por outro lado, ela também pode ser utilizada como referência quando se fala de uma “percepção da inovação”.

A grande variedade de nomes que autores modernos têm dado a esta tendência sugere certa dificuldade em conceituá-la adequadamente. Este é um problema comumente encontrado na história das mentalidades devido, especialmente, as suas relações com aquilo que está implícito, não-dito ou com aquilo que é tão óbvio – em um determinado momento, em um determinado lugar e para um determinado grupo social – que chega a ser considerado natural. Percepções do espaço são exemplos óbvios deste problema, assim como a percepção do tempo ou do que os franceses chamam *Régimes d'historicité*.

### **A descoberta do conceito renascentista de passado**

O presente artigo, revisitado e ampliado aqui, foi originalmente escrito em 1968. Seu argumento central é o de que um novo conceito de passado expressava-se nas obras de acadêmicos e artistas durante os séculos XV e XVI, com origem principalmente na Itália. Difícil de delimitar, este novo conceito de passado pode ser mais claramente ilustrado se levarmos em consideração que algumas pessoas deste período já definiam sua época como Renascença, e que a contrastavam claramente, e pela primeira vez, com período chamado Idade Média. Assim como em uma nova nação, os humanistas daquele período construíram uma identidade coletiva através de um processo de negação do “outro”. Eles foram os criadores do termo ‘Idade Média’ [*medium tempus, medium aevum*], assim como foram, também, os criadores dos termos ‘Dark Ages’, ‘Gótico’, e ‘escolásticos’ [*scholastici*], rótulos que permaneceram influentes por séculos (Varga, 1932; Frankl, 1960).

Portanto, podemos dizer que os humanistas consideravam o passado – antigo e medieval – como qualitativamente diferente do presente e não como ciclo repetitivo. No que diz respeito a sua relação com a antiguidade, podemos falar da existência de uma ‘distância nostálgica’, um reconhecimento da diferença entre as épocas, ao mesmo tempo em que há uma certa dose de admiração e um desejo

de destruir essa diferença. Por outro lado, em relação à Idade Média, talvez fosse mais adequado falar de uma ‘distância irônica’. Na prática, no entanto, o escopo das atitudes para com a Idade Média, expressados pelos Italianos durante o século XVI, vai da ironia afetiva, com a qual Ariosto reescreveu o romance medieval em seu *Orlando Furioso*, ao desprezo, através do qual Vasari rejeitou (ao menos em alguns momentos) as artes Bizantina e Gótica (as quais ele chamava *maniera greca* e *maniera tedesca* respectivamente).

Assim como outras formas de percepção, a percepção histórica fascinava Hegel, que a discutiu em seu *Philosophy of History* (Hegel, [1837]1961). Sem dúvida, existiam razões suficientes para o aparecimento desta percepção durante o século XIX, especialmente nos países de língua germânica. Burckhardt não discutiu seriamente este aspecto da Renascença, talvez por reconhecidamente não gostar da filosofia da história de Hegel (Burckhardt, [1860]1990). No entanto, esta omissão foi, mais tarde, compensada por outros estudiosos alemães.

Karl Lamprecht (1904, p. 3-56), por exemplo, buscou enfatizar a falta de um conceito de distância histórica na Idade Média e sua descoberta no período de Colombo, simultaneamente ‘*Ausdehnung des räumlichen horizons*’ e ‘*Ausdehnung des zeitlichen Horizons*’. Erich Auerbach (1950, p. 140) também fez comparações entre referências medievais ao ‘cavalheirismo’ ou ‘vassalos’, nos tempos bíblicos, e o surgimento da ideia de distância, na era do humanismo. Estudiosos da literatura na França e Inglaterra chegaram a conclusões similares em relação aos anacronismos na literatura medieval e também nas obras de Shakespeare (Stapfer, 1879, p. 93-109; MacCallum, 1910). Gaston Pais (1888, p. 30), por exemplo, defendeu que a população da época medieval acreditava que o mundo havia sempre sido o mesmo durante toda a sua existência.

No entanto, a ideia de anacronismo foi desenvolvida mais precisamente pelos historiadores da arte alemães, especialmente Aby Warburg, Fritz Saxl e Erwin Panofsky. Warburg (1932, p. 3-58) chamou atenção para a preocupação de Boticelli com roupas de época – *eine gewisse archäologische Treue des Kostüms*. Saxl (1970, p. 57-70) concentrou-se no interesse histórico de Mantegna e em sua amizade com o antiquário Frei Feliciano de Verona. No entanto, a maior contribuição provavelmente feita a este tópico tenha sido a de Panofsky (1957, p. 169-225) em sua análise comparativa do conceito de

perspectiva histórica e perspectiva pictórica da Renascença.

Não por acidente, os historiadores da arte lideraram esta discussão, já que a arte é ao mesmo tempo essencial e uma fonte de informações traiçoeira para os historiadores das mentalidades. Sob o ponto de vista de um historiador interessado em evidências, a arte é traiçoeira por ter suas próprias convenções. Ela segue uma curva de desenvolvimento interno, ao mesmo tempo em que reage ao ambiente cultural onde se encontra e, finalmente, seu uso depende da necessidade de distingui-la enquanto expressão artística individual ou enquanto articuladora das atitudes dos patronos.

Por outro lado, a arte é uma fonte essencial para historiadores das mentalidades e suas preocupações tanto com o não-dito quanto com as atitudes conscientes. Acima de tudo, ela é essencial por comunicar explicitamente, enquanto imagem, certos aspectos que poderiam ser mais facilmente evitados em textos. O relato da preocupação sobre a história dos trajes pode parecer um assunto trivial, mas o reconhecimento das mudanças nas formas de vestir-se é o sinal mais claro da existência do conceito de distância histórica que está sendo investigado aqui. Como Freud, Morelli e Holmes (não esquecendo Carlo Ginzburg) nos ensinaram que fenômenos aparentemente triviais podem abrir caminhos valiosos para análises mais profundas. Ou, como Warburg costumava dizer, "*Der leibe Gott steckt im Detail*" (Ginzburg, 1990, p. 96-125).

Posteriormente, alguns historiadores passaram a examinar o tema da percepção do passado, particularmente entre os humanistas da Renascença. O artigo de Hans Baron (1933, p. 5-20) sobre o 'despertar' da percepção histórica durante o século XV, na Itália, assim como o estudo de Theodor Mommsen (1959, p. 106-29) sobre a visão de história em Petrarca, estão entre os primeiros a explorar este tópico. Foi dada atenção particular à forma com que os humanistas, para os quais a filologia era um problema fundamental, tornaram-se cada vez mais conscientes das mudanças linguísticas que ocorreram ao longo do tempo.

O exemplo mais famoso é o de Lorenzo Valla, que acusou a então chamada *Doação de Constantino* de ter sido forjada. A novidade no protesto de Valla não está no seu ceticismo sobre a Doação, que havia sido anteriormente compartilhado por outros autores, tal como William de Ockham. Ela estava na atenção dada à análise da linguagem utilizada na obra, uma forma de Latim, que só surgiu

séculos depois de Constantino (Gaeta, 1955; Maffei, 1956; Kelley, 1970). Valla, portanto, possuía uma ideia do que aqui chamamos ‘anacronismo’.

### **Críticas e problemas**

A tese sobre o surgimento da “percepção renascentista do passado”, que em certo momento parecia óbvia, pode e tem sido criticada sob dois pontos de vista opostos –, porém, aparentemente inconsistentes. De um lado, alguns medievalistas acreditam que em ‘seu’ período também existia uma ideia de passado, e que este não poderia ser descrito apenas em termos de ausência. Eles também apontam para o fato de que alguns exemplos dos séculos XIV e XV podem ser considerados tanto como parte da Idade Média como da Renascença (Southern, 1973; Guénée, 1977, p. 261-3). Um autor chega ao ponto de escrever sobre “o sentido profundo da história” dos escritores medievais que discutem *A Doação de Constantino* (Black, 1995, p. 64 e 84).

Do outro lado, está o argumento, e muitas vezes a suposição de que o conceito de distância histórica é posterior à Renascença. A crença humanística de que era possível reviver a antiguidade, por exemplo, a convenção artística de representar indivíduos dos séculos XV e XVI trajando roupas da Roma antiga, contradiz a tese de uma percepção renascentista do passado, bem como o faz o interesse humano em ser exemplar (Hampton, 1990). Não existiam ideias sobre o desenvolvimento da doutrina Cristã: doutrinas eram supostamente imutáveis (Chadwick, [1957]1987). Portanto, voltando ao contexto do pensamento político renascentista, um estudo recente enfatiza “até onde” os humanistas “não possuem qualquer noção de passado assim como de países estrangeiros” (Skinner, 1996, p. 40). Caso estes argumentos sejam considerados válidos, nós teremos que buscar esse conceito de distância num período posterior, tal como o final do século XVIII, como sugerido por Meinecke ([1936]1959).

Para responder a esses questionamentos não é necessário mais pesquisa e sim questões mais precisas, que ajudem a distinguir novos elementos, mais particularmente três deles.

1. Inicialmente, devemos propor uma questão sociológica: a quem pertence essa percepção do passado? O que con-

fundamente a questão aqui é que o termo Renascença é normalmente utilizado como referência a ambos, o movimento e o período histórico. É improvável encontrar indivíduos que defendam a ideia de que a maioria da população, durante a Renascença na Itália, compartilhasse uma mesma percepção do passado. Provavelmente, até meados do século XIX, agricultores europeus não possuíam uma noção de distância histórica (uma conclusão que pode ser ilustrada, senão comprovada, pelas pinturas bucólicas de Dalarna, na Suíça, as quais representam personagens bíblicos vestindo trajes modernos). O novo conceito de passado pertencia caracteristicamente a um grupo de humanistas e artistas, relativamente pequeno, durante o século XV, mas que cresceu consideravelmente no século seguinte.

2. Até mesmo dentro deste seleto grupo de artistas e humanistas italianos, o conceito de anacronismo não esteve sempre presente. Aby Warburg chamou a atenção para o exemplo do artista Pesellino que, de acordo com ele, não possuía nenhuma noção de distância entre o presente e o passado (*keine Distanz zwischen hete und Vergangenheit gelten lässt*). Também chamou a atenção para outro exemplo, o de um humanista que não fazia objeções à representação, em um tapete, de César trajando uniforme de cavaleiro. Mais recentemente, um estudo sobre Giles de Vierbo, renascentista da igreja, enfatizou sua visão do passado como “homogeneamente contínua em relação ao presente e culturalmente indiferenciada dele” (O’Malley, 1968, p. 182). Portanto, é possível que tanto o anacronismo per se quanto o conceito de anacronismo existissem ao mesmo tempo, seja dentro de um grupo ou de um mesmo indivíduo.

Para compreender este fenômeno, parece-nos mais prudente tentar identificar os diferentes níveis de distância histórica, ou o maior ou menor grau de percepção em relação ao anacronismo, ao invés de tentar refinar a distinção problemática entre a presença e a ausência desta percepção. Autores modernos possuem uma percepção de distância histórica mais aguçada do que os humanistas da Renascença. Assim sendo, para autores modernos, humanistas parecem não possuir

qualquer senso de distância, ainda que o possuíssem em maior grau do que seus antecessores da Idade Média.

3. De qualquer forma, havia tensão entre duas atitudes marcadamente renascentistas, o que incluía não apenas a noção da distância entre o presente e o passado clássico, a ser admirado, mas, também, a confiança de que era possível aniquilar essa sensação de distância e reviver os mortos. Como nos mostra um comentário recente:

Um grupo de humanistas se propõe a trazer o mundo antigo de volta, supondo também sua relevância eterna e sua fácil acessibilidade; outro grupo busca manter ou realocar os textos antigos para sua própria época, ao mesmo tempo em que admite a dificuldade encontrada para reconstruir o passado e a possibilidade de revelar, através dessa reconstrução, a irrelevância da experiência antiga e da sua capacidade de explicar problemas modernos. (Grafton, 1991, p. 26-7).

A tensão existente entre essas duas atitudes é mais explicitamente revelada nas obras de arte do período. Bem mais que artistas medievais, artistas renascentistas reconheciam claramente o fato de que os romanos se vestiam de maneira diferente daquela de seus sucessores. Por esse motivo, alguns deles desistiram de ilustrá-los trajando vestimentas modernas. Por outro lado, eles eram despidos em suas representações de indivíduos modernos usando trajes romanos, o que os transformava em figuras dignas e dava-lhes a aparência de anciões adoráveis e exemplares. Esta prática ainda era comum durante o final do século XVIII, como nos sugere a discussão controversa acerca de *Death of General Wolfe*, de Benjamin West (Wind, 1938).

Desta maneira, pode-se observar que, assim como no caso de muitos outros termos históricos, “o conceito renascentista de passado” não é completamente satisfatório. Ele serve fundamentalmente para nos lembrar do papel central de um novo sentido de passado que é parte daquele movimento, porém, ao mesmo tempo, ele é errôneo em sua tentativa de emprestar um único conceito de passado a todo o período.

Existe ainda um outro problema que precisa ser discutido aqui. Como o historiador deve tratar as atitudes medievais em relação ao

passado? A resposta tradicional a esta questão, como temos visto, tem sido descrever essas atitudes como negativas, normalmente em termos de falta de percepção. Mas este problema não é comum apenas a este tópico, ele perpassa a maioria dos estudos sobre a Renascença. É exatamente neste erro que incorreu Burckhardt quando escreveu sobre o individualismo da época. O historiador francês Philippe Ariès descreveu a Idade Média em termos igualmente negativos no seu famoso estudo sobre o conceito de infância [*le sentiment l'enfance*] (Ariès, 1960). Para cada um desses casos, diversos argumentos contrários a esta caracterização têm sido discutidos. Ainda acredito que mudanças importantes, embora graduais, no que diz respeito a atitudes em relação ao passado, tenham ocorrido, particularmente, no século XV. No entanto, atualmente eu preferiria seguir o exemplo de Sir Richard Southern (1973) e falar de um “sentido medieval do passado”, sendo superado por outro, mais tardio.

Há ainda um último problema ou conjunto de problemas aos quais gostaria de me referir aqui. Supondo que atitudes com relação ao passado tenham se modificado, nos cabe perguntar: porque estas mudanças tiveram lugar? Existem no mínimo duas formas de responder a esta questão. A primeira possibilidade é que uma sensação de descontinuidade entre o presente e o passado pode ser considerada como uma reação a mudanças políticas ou sociais extremas, por exemplo, a Reforma Protestante ou a Revolução Francesa. A segunda diz respeito aos meios de comunicação, onde o uso da escrita, seguindo a linha de pensamento defendida pelo antropólogo Jack Goody, nos anos 1960, fixaria certas visões do passado e inibiria o que ele chama de “amnésia estrutural”, encorajando uma “percepção do passado diferente daquela do presente”. A mudança da ‘memória’ para o ‘arquivo escrito’, na Inglaterra do período medieval, é um exemplo claro da tese de Goody (1968, p. 34, 49 e 56; Clancy, 1979).

### **O surgimento do conceito de passado**

Tendo em mente as distinções discutidas acima, a partir de agora o texto irá apresentar exemplos do conceito de passado em ordem mais ou menos cronológica. Um estudo sobre o conceito anglo-saxão de passado, realizado por uma geração anterior, enfatizou a falta de qualquer sensação de anacronismo naquele momento (Hunter, 1973). Um estudo recente sobre Notker, monge historiador do século



XIX, rejeita a ideia de que ele possuía uma mentalidade pré-literária, enquanto, ao mesmo tempo, admite que “até certo ponto” a crônica de Notker “não possui nenhuma ideia de desenvolvimento cronológico ou tempo histórico” (Innes, 1998, p. 32).

Neste momento, o ano 1000 e seus arredores oferecem um ponto de partida conveniente. Patrick Geary sugeriu recentemente que

Por todo o mundo Carolíngio, pessoas do século XI pareciam estar tão interessadas em questões sobre continuidade e descontinuidade quanto os historiadores viriam a estar mais tarde. Algumas dessas pessoas enfatizavam a novidade de seu tempo e outras, sua continuidade em relação ao passado. (Geary, 1994, p. 7).

É esta última crença que pode ser defendida através de imagens que representam figuras do passado, tais como os soldados romanos prendendo Cristo ou dormindo no sepulcro, no momento da ressurreição, vestidos com trajes comuns à época do próprio artista. Outro exemplo é uma ilustração encontrada em um manuscrito de Gembloux ou Liège, do ano de 1025, que mostra soldados trajando casaca do século XI, feitas de metal, fazendo lembrar os guerreiros em tapeçarias Bayeux (Swarzenki, 1954, imagem 79). Esta convenção não sofre nenhuma mudança durante o século XII.

A literatura nos conta uma história similar, ao menos superficialmente. Em seus romances, Chrétien de Troyes, por exemplo, descreveu gregos e romanos como guerreiros que lutavam em torneios medievais. Atualmente, tende-se a descrever Chrétien e seus companheiros não como aqueles que lidavam ingenuamente com a questão da continuidade, e sim como artistas que conscientemente mediavam a relação entre o passado e o presente, ou, nas palavras de Gabrielle Spiegel, como capazes de “suprimir” a distância através de “um ato de vontade intelectual” (Spiegel, 1993, p. 104; Frappier, 1962; Cormier, 1974; Dunbabin, 1992).

De maneira similar, a geração passada também afirmou que pelo menos parte do anacronismo encontrado em peças medievais inglesas, escritas para celebrar Corpus Christi, foram deliberadamente incluídas para apresentar “uma imagem crítica da vida moral e social do final da Idade Média” (Kolve, 1966, p. 104). É difícil apontar quais critérios deveriam ser utilizados para decidir qual destas duas visões é mais adequada. Em todo caso, o senso de distância entre a antiguidade

e o presente não era expresso abertamente em romances, assim como também não o era nas imagens do século XII.

Outros três exemplos servirão para ilustrar o conceito medieval de continuidade. O primeiro diz respeito às ruínas de Roma, que eram tidas como ‘maravilhas’, sem que ninguém, até meados do século XIV, tenha comentado sobre seu estilo ou sua construção. O segundo exemplo é a Bíblia, que foi interpretada em quatro níveis de significado, incluindo o literal ou histórico, mas com relativo desinteresse para o que chamamos de contexto; quem falava com quem e em que tipo de situação.

O terceiro exemplo é o da Lei Romana, que foi interpretada, assim como a Bíblia, sem que houvesse nenhuma referência ao contexto da Roma Antiga. Poderíamos dizer que ela estivesse adaptada a novas circunstâncias, ou até mesmo que (como tem sido defendido no caso dos romances de Chrétien) as diferenças entre o passado e o presente tenham sido “suprimidas”. No entanto, este trabalho de adaptação parece ter sido inconsciente, ou, em todo caso, ele não foi discutido (Burke, 1969, p. 2-6). Este ponto não sugere que não houvesse percepção das mudanças sofridas na lei. Advogados medievais acreditavam que leis posteriores corrigiam as anteriores, que elas podem cair em desuso e que costumes geram direitos. O problema é se essas noções ad hoc de mudança legal deveriam ser descritas como um “senso de história” e se, em caso positivo, este senso de história seria tão agudo quanto o dos humanistas viria a ser posteriormente (Kelley, 1984).

O problema é encontrar uma caracterização positiva das atitudes no século XII. Por razões discutidas na sessão anterior, a frase “ausência de distância histórica” precisa ser substituída. O “sentido de continuidade histórica” é uma alternativa pertinente, mas também não completamente satisfatória. A percepção das continuidades é uma reação sofisticada às afirmações de descontinuidade. No século XII, por outro lado, tais afirmações ainda não haviam sido feitas.

Em todo caso, há sugestões, de algum modo plausíveis, de que, durante o século XII, existiam sinais de um “novo sentido histórico”, ao menos nos círculos acadêmicos. Citando a denúncia de Guibert de Nogent à corrupção do *modernum hoc saeculum*, Etienne Gilson defende que “é no século XII que o Ocidente começou a tornar-se consciente da diferença entre sua própria existência e aquela da antiguidade” (Gilson, 1972, p. 415).

Existem diversos indicadores desta mudança de atitude. Um seria um certo interesse pela “igreja primitiva” [*ecclesia primitiva*], comumente relacionada à ideia de declínio da igreja contemporânea e à crença em sua breve *renovatio*, como exemplificado por Joachin de Fiore (Ladner, 1959; Miccoli, 1960; Reeves, 1969; Olsen, 1969; Benson; Constable, 1982). Um segundo indicador desta percepção da mudança é o debate entre *antiqui* e *moderni*, antigos e modernos (Gössmann, 1974). Comentários sobre o declínio do cavalheirismo são tão comuns quanto aqueles em relação à Igreja, e sugerem uma divisão similar da história em períodos (Kilbgour, 1937, p. 4).

Ironicamente, o surgimento de documentos forjados neste período também tem sido considerado como um sinal da percepção histórica (Fuhrmann, 1987). O advento da alfabetização, e a crescente necessidade de possuir evidências documentais, mesmo para transações ocorridas em períodos anteriores, encorajou a “confecção” de documentos que pretendiam ser seculares. O aparecimento da alfabetização também encorajou uma percepção da distância entre o passado e o presente, tornando mais difícil o processo de “amnésia estrutural, ou seja, de adaptação gradual das tradições orais sobre o passado às novas situações no presente” (Goody, 1968, p. 33; Clanchy, 1979).

Os famosos conceitos de *translatio imperii* e *translatio studii* ilustram bem o conceito de passado do século XII. Eles não só revelam uma percepção da mudança, mas também essa percepção como um movimento no espaço, preservando assim a ideia de continuidade (Goez, 1974). No século XIII, o “teste do soldado Romano” revela, no mínimo, a resposta inovadora de Nicola Pisano, que (sem dúvida inspirado por esculturas Romanas em Pisa) deu vestimentas muito mais romanas que medievais a suas figuras (Weiss, 1969, p. 14). Como evidência literária de um senso de descontinuidade ou distância, devemos utilizar o francês Franciscan Peter John Olivi, cujas reflexões sobre o declínio da igreja em seu tempo deu a ele o título (talvez exagerado) de ‘historicista’ (Leff, 1967, p. 125). Mais uma vez, Saint Bernard era consciente demais, para seu próprio bem, do declínio da igreja em seu tempo.

É no século XIV, no entanto, que expressões de distância cultural se multiplicam e também se estendem em direção ao mundo pagão. Uma sensação de renovação na poesia italiana, na época de Guido Cavalcanti e Dante, foi expressa na frase *dolce stil nuovo*. Também

em Paris, dois estilos opostos de música foram descritos como *ars antiqua* e *ars nova*. Em Roma, podemos encontrar Cola di Rienzo a declarar 1347 o ‘ano um’ da república restaurada, uma afirmação de descontinuidade sem paralelos até a Revolução Francesa (Cola di Rienzo, 1912-29). Na Espanha, a crônica de Pedro López de Ayala tem sido descrita como expressando a percepção do “golfo que separa a Espanha de seu passado clássico” (Nader, 1979, p. 74). Na Inglaterra, um “movimento classicista” daquele período foi descoberto, e expressava-se através de falsificações (Smalley, 1940).

O mais significativo dentre os exemplos aqui citados, Petrarca, referia-se continuamente à distância cultural entre o presente e sua tão admirada antiguidade, assim como utilizava sua percepção da distância para mostrar como textos supostamente datados do período de César haviam sido, na verdade, forjados (Mommsen, 1959; Burke, 1994) posteriormente. É por esta razão que o nome de Petrarca aparece no título deste artigo.

Como já vimos anteriormente, o termo ‘igreja primitiva’ vem sendo utilizado por séculos, mas a noção de contraste entre uma igreja pobre e virtuosa, em seu estágio inicial, e uma igreja posteriormente corrupta, parece ter sido particularmente forte durante o final do século XIV. Como exemplo disso, podemos citar o Inglês John Wyclif (nascido circa 1330) e o Boêmio Jan Hus (nascido circa 1369) que escancararam, sem pudor, a história da igreja, expressando o que tem sido chamado sensação de “estranhamento” em relação ao passado.

Wyclif escreveu sobre o “declínio” da Igreja depois de tornar-se rica e poderosa através das Doações de Constantino. Hus argumenta que o Papado foi criado pelo próprio Constantino (Leff, 1967, p. 666; Meinhold, 1967; Kemp, 1991, p. 67-75). Um membro mais ortodoxo da Igreja, Jean Gerson (nascido em 1363), não só expressou um conceito similar de contraste, na esfera eclesiástica, entre a igreja ‘primitiva’ e a Igreja tardia, como também identificou uma sensação de *varietas temporum*. Ou seja, uma percepção de que nem tudo que está adequado a uma época necessariamente se adéqua a outra (Pascoe, 1974). Será coincidência que esses autores de uma mesma época tenham identificado a continuidade como questão problemática? Eles podem perfeitamente ter apenas reagido a uma quebra óbvia na continuidade histórica, representada naquele momento pelo Papado de Avignon. Ou, melhor ainda, o grande ‘cisma’ de 1378 a 1417 (um termo contemporâneo, utilizado por ambos, Froissart e Gerson, por

exemplo).

Na esfera secular, o sentido histórico pode também estar ligado a uma certa sensação de declínio (Burke, 1979). O poeta Eustache Deschamps, por exemplo, lamentou o declínio do cavalheirismo moderno. Paradoxalmente, ele tomou a Roma antiga como exemplo de *bonne chevalerie*, desta forma ilustrando, ao mesmo tempo, o sentido de continuidade e descontinuidade. Chaucer, por sua vez, cometeu “anacronismos flagrantes”, mas nestas ocasiões ele sempre revelou um “sentido aguçado de mudança histórica” (Bloomfield, 1952).

Yves de Saint-Denis, monge francês do século XIV, utilizando-se de métodos filológicos, assim como Petraca, encontrou anacronismos no texto “pseudo-Dionísio”, que referenciava textos escritos após a data provável de criação (Beaune, 1985, p. 125). Os nomes *via antiqua* e *via moderna* foram dados a linhas opostas do pensamento filosófico. Da mesma maneira, o movimento associado à ordem holandesa Irmãos da Vida Comum era conhecido (no início do século XV, se não anteriormente) como *Devotio Moderna*.

No entanto, foi na Itália do século XV, da Florença de Bruni e Ghiberti a Roma de Valla ou ao norte da Itália de Feliciano e Mantegna, que a sensação de anacronismo tornou-se mais aguda e difundida, ao menos entre dois grupos, humanistas e artistas. Estes dois grupos compartilhavam certo interesse em relação às visões de Plínio sobre a arte antiga, assim como seu crescimento e declínio, desde a juventude até a idade madura. Conhecimento que encorajou “um novo senso de distância” da arte do passado (Settis, 1995, p. 46).

Coluccio Salutati distinguia o Latim escrito à época de Augusto daquele escrito posteriormente. Bruni demonstrou seu senso de contexto histórico em suas traduções de Aristóteles. O antiquário Flavio Biondo revela um interesse semelhante sobre a mudança (Weiss, 1969, p. 65-73), assim como o faz a oração de Poggio Braccioni, em homenagem à lei, na qual ele contrasta “os primeiros fundadores” (*prisci conditores*) com a corrupção da lei sob o regime dos Imperadores (Walser, 1914, p. 258).

As reflexões de Valla sobre o anacronismo linguístico no texto da *Doação de Constantino* são ainda mais explícitas (Gaeta, 1955). As observações de Valla podem ser comparadas e contrastadas com aquelas de Hus (que afirmou que o termo ‘papa’ não aparece na Bíblia, mas não analisou o texto da *Doação*) e também com a rejeição não-filológica e comum de Reginald Pecock (Ferguson, 1966; Levine, 1987).

Nesse período, o teste dos Soldados Romanos produz resultados ainda mais relevantes. Ghiberti, por exemplo, deu aos soldados armaduras da Roma Antiga (Krautheimer; Krautheimer-Hess, 1956, imagens 44, 50). Também o fez, de certa forma, Piero della Francesca. Mantegna tomou o cuidado de reproduzir corretamente cada detalhe, embora elementos “fantásticos” tenham sido identificados tanto em seu *Triumphs* como em suas representações exatas de equipamentos romanos baseados nos relevos da Coluna de Trajano e outras referências do período clássico (Kristeller, 1992).

Textos confirmam o interesse pela cultura material do passado. O *condottieri* humanista, Federigo de Montefeltro, certa vez perguntou ao Papa humanista Pio II se os generais da antiguidade vestiam o mesmo tipo de armadura que ele vestia (*an prisici duces aeque ac nostri temporis armati fuissent*) (Piccolomini, 1614, p. 190). Uma sensação de anacronismo também é vista em objetos imitados, ainda que não sejam imitações particularmente exatas, por exemplo, as então chamadas medalhas imperiais, vendidas por mercadores Florentinos a Jean de Berry (Kurz, 1948). A percepção das diferenças entre passado e presente não era monopólio italiano durante esse período, como nos mostram os exemplos de Jan van Eyck (que estudou a arquitetura e as inscrições Romanescas) e Richard Rous de Warwick (que estudou as mudanças no *design* das armaduras) (Panofsky, 1953).

Muito mais difícil de situar é o gravador alemão Israhel van Meckenem, do qual a imagem de Judith com a cabeça de Holofernes, criada em meados de 1500, é apresentada contra um fundo de armas e armaduras contemporâneas (incluindo canhões). Assim como no caso das peças teatrais do Corpus Christi, discutidas previamente, precisamos nos perguntar se este é um anacronismo ingênuo, de alguém que não possuía uma percepção das mudanças ocorridas na cultura material, ou se, por outro lado, estamos falando de um anacronismo sofisticado, proveniente de um artista que tentava surpreender seu espectador através da introdução de referências tópicas a eventos ocorridos recentemente.

### **Progressos desde 1500**

No século XVI, a sensação de anacronismo difundiu-se ainda mais, o suficiente para arruinar a longa tradição de exemplaridade (Hampton, 1990, p. 71 e 75). No contexto da religião, o novo sentido

de passado é revelado por Colet e seu uso de Suetônio para interpretar São Paulo, assim como pela insistência de Erasmo da necessidade de estudar a história do período para compreender o Novo Testamento. No contexto da literatura, atitudes similares foram reveladas em debates sobre a imitação. O *Ciceronianus* de Erasmo utiliza o argumento do anacronismo para criticar os escritos que ele chamava de imitações ‘supersticiosas’ de Cícero. O mundo muda, diz uma das vozes em um dos diálogos, e a linguagem muda com ele. Após o período de Cícero, mudanças na religião, organização política, leis e costumes transformaram sua linguagem em um modelo inadequado. Por outro lado, Bembo, por exemplo, também era extremamente consciente de mudanças na linguagem, quer latim quer Tosca.

No contexto do teatro, é particularmente visível um interesse similar acerca dos estilos de vida diferentes e seus sinais mais aparentes. As peças do jesuíta Bernardino Stefonio, passadas na Roma Antiga, eram aparentemente produzidas com extrema exatidão, no que diz respeito aos trajes (Fumaroli, 1980, p. 516). Outro autor italiano, Antonfrancesco Grazzini, chegou ao ponto de defender, diferentemente do que era contumaz em seu tempo, que Terence e Plautus não deveriam ser imitados porque “Em Florença nós não vivemos mais como eles costumavam viver em Atenas e Roma: não há mais escravos e adotar crianças não é comum” (Rodini, 1970, p. 42).

No contexto da cultura material, o relatório de Raphael (ou Castiglione, ou ambos) a Leo X, datado de 1519, foi descrito por um historiador da arte moderno como havendo demonstrado “uma percepção ímpar da história arquitetônica como desenvolvimento sequencial” (Onians, 1988, p. 258). O amigo de Raphael, Marco Fabio Calvo, produziu uma reconstrução cuidadosa da Roma Antiga em diferentes períodos, em seu livro publicado em 1527, ano em que a cidade foi saqueada por tropas imperiais (Weiss, 1969, p. 95-98; Jacks, 1990).

Em se tratando da pintura, Vasari elogiou Giulio Romano por sua atenção aos detalhes históricos. No diálogo de Ludovico Dolce, *L’Aretino* (1557), o protagonista, durante uma discussão sobre o decoro artístico, argumenta que, se o pintor deseja representar uma das batalhas de César ou Alexandre, não é apropriado que ele dê aos soldados armas e armaduras modernas (*non conviene che armi i soldati nel modo che si costuma hodioggi*) (Roskill, 1968, p.119). Giovanni Paolo Lomazzo criticou Dürer por seu anacronismo cultural

e ensinou pintores de batalhas antigas como evitar erros idênticos, “já que é certo que os Romanos antigos vestiam-se diferentemente dos modernos (*andarono vestiti d'altro abitodi quello che usano i modrni*)”. O estudo da Coluna Trajano deveria indicar-lhes o caminho (Lomazzo, [1584]1844).

Neste período, certa sensibilidade ao anacronismo não era mais monopólio dos italianos. Uma quantidade significativa de estudiosos franceses do século XVI possuía um senso de distância histórica (Huppert, 1970). De fato, os comentários de Lomazzo foram derivados do trabalho de um acadêmico francês, Guillaume Du Choul, que estudou a Coluna de Trajano na tentativa de produzir um livro ilustrado sobre a disciplina militar dos romanos (Du Choul, 1557). Novamente, os advogados-humanistas François Baudouin e François Hotman enfatizaram a distância entre os tempos modernos e a Roma Antiga; Hotman chegou ao ponto de dizer que o estudo da lei Romana era irrelevante justamente por este motivo (Baudouin, 1561; Pocock, 1957, p. 11-15, 22-5; Kelley, p. 116-48).

Mudanças linguísticas também chamaram atenção, da mesma forma como havia ocorrido na Itália. Etienne Pasquier discutiu mudanças na língua francesa, as quais “tomaram formas diferentes de acordo com a diversidade de sua época”, assim como as mudanças nas leis (Pasquier, 1566). Louis Le Roy argumentou o mesmo – “Ont les langues comme toutes choses humaines commencement, progrez, corruption, fin” – mas incorporou seu argumento ao contexto mais amplo das “vicissitudes” da história humana (Le Roy, 1575). Henri Voisin de La Popelinière definiu uma moral metodológica, criticando a maneira anacrônica através da qual historiadores haviam representado os Romanos e Gregos de períodos anteriores, “non selon le temps et moeurs anciennes; mais selon le siècle de celui qui les recite” (La Popelinière, 1599).

O novo sentido de passado encorajou e foi encorajado pelo movimento de reforma da Igreja. A sensação de distância entre a “igreja primitiva” e a igreja moderna serviu de estímulo à reforma. Quanto mais radical o reformador, temporalmente mais cedo ele propunha o declínio da igreja. Para Lutero, este declínio começou a tomar proporções mais sérias na era de Gregório VII, mas os anabatistas dataram a “queda” da Igreja como tendo ocorrido no período de Constantino e do estabelecimento do cristianismo como religião oficial (Headley, 1963). Por outro lado, a rejeição ao papa,



a destruição de monastérios e outras mudanças ocorridas como consequência da reforma levaram a um aumento da sensação de estranhamento para com o passado, em relação ao qual o interesse antiquário pela história da Igreja é visto como resposta (Aston, 1973; Southern, 1973; Kemp, 1991). Os Católicos- estudiosos tais como Alfonso e Pedro Chacón, Justus Lipsius, Onofrio Panvinio e Cesare Baronio – também estudaram antiguidades cristãs no final do século XVI, normalmente em resposta às críticas dos Protestantes, mas não apenas por esta razão. Existia, porém, uma tradição do interesse Católico pela chamada “igreja primitiva”. A mudança de ênfase de uma Roma pagã para uma Roma Cristã nos permite falar de um “senso contra-reformista do passado” (Orelha, 1976; Cochrane, 1981).

Esta afirmação parece estranha quando se pensa, particularmente, no esforço exercido por Baronio para demonstrar que a Igreja era imutável, *Semper eadem*. Porém, a consciência da continuidade da essência, entre os estudiosos mencionados a pouco, era muito diferente da suposição de imutabilidade que a precedeu. A nova preocupação com as mudanças na vida da Igreja – em relação aos problemas menores ou externos – refletia sobre a arte religiosa, e o crescente número de reconstruções históricas cuidadosas da Última Ceia e da Crucificação, estas inspirados pela pesquisa de estudiosos tais como Lipsius e Chacón (Blunt, 1938-9).

Quanto a Roma pagã, é revelado, como vimos anteriormente, um interesse semelhante pelas aparências e pela vida cotidiana mostradas em estudos sobre os relevos da Coluna de Trajano, realizados por Du Choul, dentre outros. No caso de Du Choul, a discussão dos Dácios, aos quais Trajano opunha-se, revela um aumento de interesse gradual pelas aparências e costumes dos ‘bárbaros’, contra os quais os Romanos lutavam. Estes interesses podem ter sido estimulados devido à existência dos habitantes nativos da América. Deve-se, por exemplo, as pinturas dos Índios da Virgínia (Kendrick, 1950), por John White, representações dos Bretões e Pictos antigos datadas do início do século XVII.

Na Holanda, Espanha e outros países, foram feitas tentativas para representar os Gregos e Romanos, e até personagens da Idade Média, em roupas não contemporâneas. Segundo Laurencio Vital, comentarista da época, quando o Imperador Charles V visitou a Espanha pela primeira vez, ele foi recebido por cavaleiros da Ordem do Tosão de Ouro vestidos “de acordo com a moda do passado”

(*según la moda de tiempos passados*) (Vital apud Checa, 1987, p. 191). Quando o príncipe Philip (mais tarde Philip II) chegou à Antuérpia, em 1549, ele foi recebido por três outros Philip de outras épocas, cada um vestido – aparentemente – com roupas dos diferentes períodos: Philip da Macedônia em “roupas gregas (*griesksche cleedinge*)”, São Philip em “trajes apostólicos (*apostotelsche cledinge*)”, quaisquer fossem elas, e Philip de Burgundy em suas ‘roupas de estilo antigo (*sijne oude manieri van cleedingen*)” (Waal, 1952). O damaturgo Lope de Vega, em seu *New Art of Writing Plays*, caçoou das “barbaridades” de seu tempo, tais como ilustrar romanos antigos trajando calças. As direções de palco para a peça *Siege of Numancia*, de Cervantes, descreve soldados de Cipião como estando “armados à moda antiga, sem arcabuzes” (Shergold, 1967).

Possíveis diferenças entre eruditos renascentistas e modernos vêm à tona se examinarmos a questão dos motivos. Trabalhos recentes sobre as imitações e sua detecção, de Annius de Viterbo a Isaac Casaubon, enfatizam “a distância que existe entre a exposição de falsificações feitas por humanistas e aquelas feitas por filólogos modernos”. Por exemplo, os novos métodos algumas vezes eram usados para criar falsificações, bem como para expor as falsificações alheias (Grafton, 1950, p. 79; Goetz, 1974). A relação entre a falsificação de obras de arte antigas e a imitação de textos clássicos – em alguns casos como uma demonstração de habilidade, em outros para fins lucrativos – parece estar bem próxima (Kurz, 1948; Alsop, 1982). O entusiasmo demonstrado por Ficino em relação aos escritos Herméticos, por exemplo, parece tê-lo feito cego aos anacronismos que, para Casaubon, fizeram com que parecessem falsificações óbvias. Os humanistas eram extremamente conscientes da diferença entre o presente e o passado. Até o final do século XVI, eles eram bem menos conscientes do desenvolvimento, especialmente no período entre a Antiguidade clássica e a tardia (Schiffman, 1985; Ferguson, 1979).

## **Início do século XVII**

Chegando a este período, o início do século XVII, a discussão sobre o “Conceito renascentista de passado” pode, com toda razão, ser finalizada, embora isso não signifique que mudanças na forma de perceber o passado tenham cessado. Pesquisas recentes demonstram a importância e o crescente desenvolvimento de uma sensação aguda de

distância histórica após 1650.

Contudo, o interesse pela mudança e o anacronismo no início do século XVII merece muito mais ênfase do que têm recebido tradicionalmente. Por exemplo, se alguns protestantes daquela época afirmaram que o exemplo do Antigo Testamento deveria ser imitado em quase todos os seus aspectos, outros rejeitam tal ideia, e consideram-na impossível. James I declarou que a lei de Moisés era apenas a lei de Israel, “apenas adequada para aquele país, aquele povo e aquele tempo” (Thomas, 1978, p.124).

Na política, Francisco de Melo criticou Olivares por sua imitação dos antigos, “como se Tácito, Sêneca [...] dos quais ele tomou conselhos, não fossem alterar suas visões caso estivessem vivos hoje” (Elliot, 1970, p. 269). De maneira semelhante a La Popelinière, o estudo de Sir Henry Spelman sobre parlamentos criticou a projeção do presente no passado: “períodos bem sucedidos estão, ao julgar o passado pelo presente, concebendo aquele como sendo o mesmo tempo em que estão agora”.

Na literatura e nas artes, assim como em política, é fácil encontrar expressões de percepção da diferença entre diversas épocas históricas. O crítico Jean Chapelain realizou um estudo sobre os romances medievais nos quais ele percebeu que “Note manière de plaire aux dames et de leur persuader que nous les aimons est tout contraire à celle des vieux âges” (Chapelain, 1936, p. 237). No caso da pintura, Salvator Rosa atacou os anacronismos de outros artistas, enquanto Rubens foi elogiado pelo erudito Claude Peiresc pelo cuidado com que reproduziu vestimentas clássicas em seu *Allocution of Constantine*.

Mais uma vez, Nicholas Poussin (que realizou um estudo cuidadoso sobre a Coluna de Trajano e os trabalhos de Du Choul e Chacón) mostrou os apóstolos reclinando-se na Santa Ceia, seguindo o modelo do *triclinium* da Roma Antiga e do Seder Judaico. Assim como Mantegna e Raphael, Poussin era amigo dos eruditos, como Cassiano del Pozzo, por exemplo, e do historiador da pintura André Félibien, que viveu em Roma de 1647 à 1649. Ele foi um dos primeiros a reconhecer diferenças entre a arte Grega e Romana, ao invés de tratar a Antiguidade Clássica como uma só. Por estas razões, e para enfatizar a descoberta da “alteridade” do passado como trabalho conjunto de eruditos e aristos, é que o nome de Poussin aparece no título deste artigo (Cropper; Dempsey, 1996).

Finalmente, foi em meados de 1650 que o termo ‘anacronismo’ (*anachronismus, anacronismo, anachronisme*) passou a ser utilizado em Latim, Italiano, Francês e Inglês, empregado por eruditos, tais como os Jesuítas Denys Petau e Sforza Pallavicino e pelos bispos Jacques Bossuet e Pierre-Daniel Huet. Um anacronismo era um erro cometido no curso de um ‘sincronismo’; em outras palavras, é a tentativa de traduzir um sistema cronológico para outro. Falar de um senso de anacronismo em Mantegna e Erasmo é, portanto, literalmente falando, anacrônico.

Portanto, o surgimento do que aqui é conveniente chamar senso de anacronismo entre um grupo de eruditos e artistas, especialmente italianos, nos séculos XV e XVI, foi um evento importante na história cultural europeia. Como vimos, a mudança ocorrida neste período fez parte de uma tendência que se prolonga tanto em direção ao passado, até meados do século XII, quanto ao presente. No entanto, esses elementos que foram adicionados às teses de Warbug, Panofsky e demais autores no início deste século, refinaram-nas, mas não as destruíram.

### Referências

- ALSOP, Joseph. **The Rare Art Traditions**. New York: Viking Press, 1982.
- ARIÈS, Philippe. **L'enfant et la vie familiale sous l'ancien régime**. Paris: Pion, 1960.
- ASTON, Margret. English Ruins and English History: the Dissolution and the Sense of the Past. **Journal of the Warburg and Courtauld Institutes**, n. 36, p. 231-55, 1973.
- AUERBACH, Erich. [1946]. **Mimesis**. The Representation of Reality in Western Literature. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1953.
- BARON, Hans. Das Erwachen des historischen Denkens. **Historische Zeitschrift**, n. 147, p. 5-20, 1933.
- BAUDOIN, François. **De institutione historiae**. Paris: Andreas Wechel, 1561.
- BEAUNE, Colette. **Naissance de la nation France**. Paris: Gallimard, 1985.
- BENSON, Robert L.; CONSTABLE, Giles (eds). **Renaissance and Renewal in the Twelfth Century**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1982.
- BLACK, Robert. The Donation of Constantine: a New Source for the Concept of the Renaissance. In: BROWN, Alisson (ed.). **Language and Images of Renaissance Italy**. Oxford: Clarindon Press, 1995, p. 51-86.
- BLOOMFIELD, Morton W. [1952] Chaucer's Sense of History (1952: reimpresso em **Essays and Explorations**. Studies in Ideas, Language, and Literature. Cambridge MA: Harvard University Press, 1970. p. 13-26).

- BLUNT, Anthony. The Triclinium in Religious Art. **Journal of the Warburg Institute**, n. 2, p. 271-6, 1938-9.
- BURCKHARDT, Jacob. **Kultur der Renaissance in Italien**. Viena: Phaidon-Asgabe, 1860.
- \_\_\_\_\_. **The civilization of the Renaissance in Italy**. Harmondsworth: Penguin, 1990.
- BURDACH, Konrad; PIUR, Paul (eds).. **Briefwechsel des Cola di Rienzo**. 5 v. Berlin: Weidmann, 1912-29, vol. 1.
- BURKE, Peter. European Ideas of Decline and Revival. **Parerga**, n. 23, p. 3-8, 1979.
- \_\_\_\_\_. **The Renaissance sense of the past**. London: Edward Arnold, 1969.
- \_\_\_\_\_. O conceito de Anacronismo de Petrarca a Poussin. In: BARRIO, Ángel Espina; MOTTA, Antonio; GOMES, Mário Hélio (orgs). **Inovação cultural, patrimônio e educação**. Recife: Massangana, 2010. p. 11-29.
- \_\_\_\_\_. The Renaissance Sense of the Past Revisited. **Culture and History**, n. 13, p. 42-56, 1994.
- \_\_\_\_\_. The Sense of Historical Perspective in Renaissance Italy. **Journal of World History**, n. 11, p. 615-32, 1968.
- CHADWICK, Owen. [1957]. **From Bossuet to Newman: the Idea of Doctrinal Development**. 2nd ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- CHAPELAIN, Jean. **Opuscules critiques**. Paris: Droz, 1936.
- CHECA, Fernando. **Carlos V y la imagen del héroe en el Renacimiento**. Madrid: Taurus, 1987.
- CLANCHY, Michael. **From Memory to Written Record**. London: Edward Arnold, 1979. p. 249-50.
- CLANCY, Michael T. **From Memory to Written Record: England 1066-1307**. London: Wiley-Blackwell, 1979.
- COCHRANE, Eric. **History and Historians in the Italian Renaissance**. Chicago: University of Chicago Press, 1981.
- CORMIER, Raymond Joseph. The Problem of Anachronism: Recent Scholarship on the French Medieval Romances of antiquity. **Philological Quarterly**, n. 53, p. 145-57, 1974.
- CROPPER, Elizabeth; DEMPSEY, Charles. **Nicolas Poussin: Friendship and the Love of Painting**. Princeton: Princeton University Press, 1996.
- DE LAGE, Raynaud. Les romans antiques et la représentation de la réalité. **Le Moyen Age**, n. 68, p. 247-91, 1961.
- DOLCE, Ludovico. **L'aretino** (1557: New York: New York University Press, 1968).
- DU CHOUL, Guillaume. **Discours sur la castrametation et discipline militaire des Romains**. Lyon: G. Rouille, 1557.
- DUNBABIN, Jean. [1992] Discovering a Past for the French Aristocracy. In: MAG-

- DALINO, Paul. **The Perception of the Past in Twelfth-Century Europe**. London: The Hambledon Press, 1993. p. 1-14.
- ELLIOTT, John Huxtable. The Statecraft of Olivares. In: ELLIOTT, John Huxtable; KOENIGSBERGER, Helmut Georg (eds). **The Diversity of History**. Essays in honour of Sir Herbert Butterfield. London: Routledge & Kegan Paul, 1970. p. 117-48.
- FERGUSON, Arthur B. **Clio Unbound: Perception of the Social and Cultural Past in Renaissance England**. Durham, NC: Duke University Press, 1979.
- FERGUSON, Arthur B. Reginald Pecock and the Renaissance Sense of History. **Studies in the Renaissance**. n. 13, p. 147-65, 1966.
- FRANKL, Paul. **The Gothic: Literary sources and interpretations through eight centuries**. Princeton: Princeton University Press, 1960.
- FRAPPIER, Jean. [1962]. La peinture de la vie dans la littérature française du 12e siècle. In: \_\_\_\_\_. **Histoire, Mythes et Symboles**. Genova: Droz, 1976. p. 21-54.
- FUHRMANN, Horst. **Mittelalter, Zeit der Fälschungen (1983: reimpresso em Einladung ins Mittelalter**. Munich: Beck, 1987).
- FUMAROLI, Marc. **L'âge de l'éloquence: rhétorique et res literaria de la Renaissance au seuil de l'époque classique**. Geneva: Droz, 1980.
- GAETA, Franco. **Lorenzo Valla: filologia e storia nell'umanesimo italiano**. Naples: Istituto Italiano per gli Studi Storici, 1955.
- GEARY, Patrick G. **Phantoms of Remembrance: Memory and Oblivion at the End of the First Millennium**. Princeton: Princeton University Press, 1994.
- GILSON, Etienne Henry. Le Moyen Age comme "saeculum modernum". **Lettere Italiane**, n. 24, p. 413-20, 1972.
- GINZBURG, Carlo. [1978]. Clues: Roots of an Evidential Paradigm. In: \_\_\_\_\_. (ed.). **Myths, Emblems, Clues**. London, Sidney, Auckland and Johannesburg: Hutchinson Radius: 1990. p. 96-125.
- GOEZ, W. Goetz. Die Anfänge der historischen Methode-Reflexion in der italienischen Renaissance und ihre Aufnahme in den Geschichtschreibung des deutschen Humanismus. Die Anfänge der historischen Methode-Reflexion in der italienischen Renaissance und ihre Aufnahme in den Geschichtschreibung des deutschen Humanismus. **Archiv für Kulturgeschichte**, n. 56, p. 25-48, 1974.
- GOODY, Jack (ed.). **Literacy in Traditional Societies**. Cambridge: Cambridge University Press, 1968.
- GOODY, JACK. (ed). **Literacy in Traditional Societies**. Cambridge: Cambridge University Press, 1968.
- GÖSSMANN, Elisabeth (ed.). **Antiqui und moderni**. Paderborn, 1974.
- GRAFTON, Anthony. **Defenders of the Text**. The Traditions of Scholarship in an Age of Science, 1450-1800. Cambridge: Harvard University Press, 1991.
- GREENSTEIN, Jack M.. **Mantegna and Painting as Historical Narrative**. Chicago:

University of Chicago Press, 1992. p. 59-85.

GUÉNÉE, Bernard. Y a-t-il une historiographie médiévale? **Revue Historique**, n. 524, p. 261-75, 1977.

HAMPTON, Timothy. **Writing from History: the Rhetoric of Exemplarity in Renaissance Literature**. Ithaca; London: Cornell University Press, 1990.

HEADLEY, John M.. **Luther's View of Church History**. New Haven: Yale University Press, 1963.

HEGEL, Georg Wilhelm Friederich. [1837]. **Vorlesungen über die Philosophie der Geschichte**. Stuttgart: F. Frommann, 1961.

HOTMAN, François. **Anti-Tribonian** (1567: second ed., Paris: J. Périer, 1603).

HUNTER, Michael. Germanic and Roman Antiquity and the Sense of the Past in Anglo-Saxon England. **Anglo-Saxon England**, n. 3, p. 29-50, 1973.

HUPPERT, George. **The Idea of Perfect History**. Urbana and Chicago: University of Illinois Press, 1970. p. 151-69.

INNES, Mathew. Memory, Orality and Literacy in an Early Medieval Society. **Past and Present**, n. 158, p. 3-36, 1998.

JACKS, P. J. Roman architecture all'antica in 1527. **Art Bulletin**, n. 72, p. 453-81, 1990.

KELLEY, Donald R. **Foundations of Modern Historical Scholarship: Language, Law and History in th French Renaissance**. New York and London: Columbia University Press, 1970.

\_\_\_\_\_. **Foundations of Modern Historical Scholarship**. New York: Columbia University Press, 1970, p. 116-48.

\_\_\_\_\_. [1974]. Clio and the Lawyers. In: **History, Law and the Human Sciences**, London: Variorum, 1984. p. 25-49.

KEMP, Anthony. **The Estrangement of the Past**. New York and Oxford: Oxford University Press, 1991. p. 67-75.

KENDRICK, Thomas Downing. **British Antiquity**. London: Methuen, 1950.

KILGOUR, Raymond L. **The Decline of Chivalry**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1937.

KOLVE, Verdel Amos. **The Play called Corpus Christi**. Stanford: Stanford University Press, 1966.

KRAUTHEIMER, Richard; KRAUTHEIMER-HESS, Trude. **Lorenzo Ghiberti**. Princeton: Princeton University Press, 1956.

KRISTELLER, Paul. Andrea **Mantegna**. Berlin und Leipzig: Cosmos Verlag, 1902.

KURZ, Otto. **Fakes**. A Handbook for Collectors and Students. London: Faber and Faber, 1948.

LA POPELINIERE, Henri Lancelot de. **L'histoire des histoires**. Paris: Jean Houze,

1599.

LADNER, Gerhart Burian. **The Idea of Reform: its Impact on Christian Thought and Action in the Age of the Fathers.** Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1959)

LAMPRECHT, Karl. **Deutsche Geschichte.** Part 2, v. 2, Freiburg: Hermann Heyfelder, 1904.

LE ROY, Louis. **De la Vicissitude ou variété des choses en l'univers.** Paris : Pierre l'Huilier, 1575.

LEFF, Gordon. **Heresy in the Later Middle Ages.** The Relation of Heterodoxy to Dissent c. 1250–c. 1450. v. 2. New York: Barnes and Noble, Manchester University Press, 1967. p. 527-8.

LEVINE, Joseph M. Reginald Pecock and Lorenzo Valla on the Donation of Constantine. **Studies in the Renaissance**, n. 20, 1973 (reimpresso em **Humanism and History: Origins of Modern English Historiography.** Ithaca, NY: Cornell University Press, 1987. p. 54-72.

LOMAZZO, Gian Paolo. **Trattato dell'arte della pittura** (1584: 2 v., Rome: Saverio del Monte, 1844).

MACCALLUM, Mungo William. **Shakespeare's Roman Plays and their Background.** New York: Russell and Russell, 1910.

MAFFEI, Domenico. **Gli inizi dell'umanesimo giuridico.** Milan: Giuffrè, 1956.

MANN, James G. Instances of Antiquarian Feeling in Medieval and Renaissance Art. **Archaeological Journal**, n. 89, p. 254-74, 1932.

MEINECKE, Friedrich. [1936]. **Die Entstehung des Historismus.** 2. Aufl. Munich: R. Oldenbourg, 1959.

MEINHOLD, Peter. **Geschichte der kirchlichen Historiographie.** Meinhold; Freiburg; München: K. Alber, 1967.

MEISS, Millard. **French Painting in the Time of Jean de Berry.** London: Phaidon, 1967.

MICCOLI, Giovanni. Ecclesiae primitivae forma. **Studi medievali**, n. 1, p. 470-98, 1960.

MOMMSEN, Theodor E. [1942]. Petrarch's Conception of the Dark Ages. In: RICE, Eugene F.; ITHACA, Jr. (eds.). **Medieval and Renaissance Studies.** New York: Cornell University Press, 1959. p. 106-225.

NADER, Helen. **The Mendoza Family in the Spanish Renaissance.** New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 1979.

NEWTON, Stella Mary. **Renaissance Theatre Costume and the Sense of the Historic Past.** London: Rapp & Whiting, 1975.

OLSEN, Glenn. The Idea of the Ecclesia Primitiva in the Writings of the Twelfth-Century Canonists. **Tradition - Studies in Ancient and Medieval History, Thought,**



and Religion, n. 25, 61-86, 1969.

O'MALLEY, John W. **Giles of Viterbo on Church and Reform**. Leiden: Brill, 1968.

ONIAN, John. **Bearers of Meaning: the Classical Orders in Antiquity, the Middle Ages and the Renaissance**. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 1988.

ORELLA, Jose Luis. **Respuestas católicas a las a las Centurias**. Madrid: Fundación Universitaria Española Seminario Suárez, 1976.

PANOFSKY, Erwin. [1930]. The first page of Vasaris Libro. In: \_\_\_\_\_. **Meaning in the Visual Arts**. New York: Doubleday & Co. Inc., 1957.

\_\_\_\_\_. **Early Netherlandish Painting**. 2 v. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1953.

PARIS, Gaston. **La littérature français au Moyen Age: XIe-XIVe siècle**. Paris: Hachette, 1888.

PASCOE, Louis B. Gerson and the Donation of Constantine. Growth and Development within the Church. **Viator**, n. 5, p. 469-85, 1974.

PASQUIER, Étienne. **Les Recherches de la France**. Paris: Robert Estienne, 1566.

PICCOLOMINI, Ammannati S. **Commentarii**. Frankfurt: Aubry, 1614.

POCOCK, John Greville Agard. **The Ancient Constitution and the Feudal Law**. A Study of English Historical Thought in the Seventeenth Century (1957: second ed., Cambridge, MA: Cambridge, 1987).

REEVES, Marjorie. **The Influence of Prophecy in the Later Middle Ages: a Study in Joachimism**. Oxford: Clarendon, 1969.

RODINI, Robert J. **Antonfrancesco Grazzini**. Poet, Dramatist and Novelliere. Madison: University of Wisconsin Press, 1970.

ROSKILL, Mark. **Dolce's Aretino and Venetian art theory of the Cinquecento**. New York: New York University Press, 1968.

SAXL, Fritz. Jacopo Bellini and Mantegna as Antiquarians. In: HONOUR, Hugh; FLEMING, John. **A Heritage of Images**. Harmondsworth: Penguin, 1970.

SCHIFFMAN, Zachary S. Renaissance Historicism Reconsidered. **History & Theory**, n. 24, p. 170-82, 1985.

SETTIS, Salvatore. Did the Ancients have an Antiquity? The Idea of Renaissance in the History of Classical Art. In: BROWN, Alison (ed.). **Language and Images of Renaissance Italy**. Oxford: Clarendon Press, 1995. p. 27-50.

SHERGOLD, Norman Davis. **A History of the Spanish Stage from Medieval Times until the End of the Seventeenth Century**. Oxford: Clarendon Press, 1967.

SKINNER, Quentin. **Reason and Rhetoric in the Philosophy of Hobbes**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

SMALLEY, Beryl. **English Friars and Antiquity**. Oxford: Oxford University Press, 1940.

SOUTHERN, Richard W. The Sense of the Past. **Transactions of the Royal Histori-**

cal Society, n. 23, p. 243-63, 1973.

SPIEGEL, Gabrielle. **Romancing the Past: the Rise of Vernacular Prose Historiography in Thirteenth-Century France**. Berkeley: University of California Press, 1993.

STAPFER, Paul. **Shakespeare et l'antiquité**. Paris: Sandoz et Fischbacher, 1879.

SWARZENKI, Hanns. [1954]. **Monuments of Romanesque Art**. 2nd ed. London: Faber & Faber, 1974.

THOMAS, Keith. The Puritans and Adultery. In: PENNINGTON, Donald; THOMAS, Keith (eds). **Puritans and Revolutionaries**. Essays in Seventeenth-century History. Oxford: Oxford University Press, 1978. p. 257-82.

VAN DE WAAL, Henri. **Drie eeuwen vaderlandsche Geschied-uitbeelding 1500-1800**. The Hague: Martinus Nijhoff, 1952.

VARGA, Lucie. Das Schlagwort vom "finsternen Mittelalter". Baden; Viena; Leipzig; Brünn: R. M. Rohrer, 1932.

WALSER, Ernst. Poggio Florentinus: Leben und Werke. Berlin: B. G. Teubner, 1914.

WARBURG, Aby [1893]. Sandro Botticellis "Geburt der Vênus" und "Früling". In: \_\_\_\_\_. **Die Erneuerung der Heidnischen Antike**. v. 1. Leipzig; Berlin: B. G. Teubner, 1932.

WEISS, Roberto. **The Renaissance Discovery of Classical Antiquity**. Oxford: Basil Blackwell, 1969.

WIND, Edgar. The Revolution of History Painting. **Journal of the Warburg and Courtauld Institutes**, n. 2, p. 116-27, 1938.

Recebido em 05/05/2013

Aprovado em 09/07/2013